

Política e dominação em SC¹

Área Temática 4: História Econômica e Social

RESUMO

O presente trabalho analisa a história da dominação em Santa Catarina, na perspectiva da dominação de classe (Dreyfus), desde o período oligárquico até os dias atuais. O trabalho é fruto de pesquisa em andamento, intitulada “O bolsonarismo e a política de comunicação do governo Carlos Moisés”, aprovada pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com destaque para a atuação das esquerdas no cenário político estadual. Ou seja, a pesquisa tem por objetivo não somente compreender a estrutura de dominação catarinense, seus atores e projetos, bem como analisar a atuação dos movimentos sociais e partidos de esquerda no confronto com as elites dominantes estaduais. Com o resultado do estudo, se pretende no futuro próximo elaborar novo projeto de pesquisa sobre a “memória” dos movimentos e partidos de esquerda catarinenses.

Palavras-chave: Dominação; partidos políticos; bolsonarismo.

Introdução

Ao falarmos sobre a Política em Santa Catarina, e no Brasil, precisamos (re) lembrar historicamente quais os fatores, ou melhor, quais os determinantes históricos e não só conjunturais, que foram responsáveis por guindar ao poder em 2018 um desconhecido coronel da reserva do Corpo de Bombeiros e político sem qualquer expressão eleitoral ao Palácio da Agrônômica.

Da mesma forma, para entendermos a história da dominação catarinense e as forças em conflitos historicamente, precisamos analisar a ascensão ao poder de Jair Messias Bolsonaro e o surgimento do bolsonarismo no Brasil, a fim de que possamos compreender melhor quais as condições históricas favoráveis para esse acontecimento.

Sabemos que Carlos Moisés da Silva só se elegeu devido a conjuntura favorável a extrema-direita nas eleições de 2018 no bojo da “arminha” e do combate ao “marxismo cultural” (Cf. Olavo de Carvalho). E também devido ao golpe contra a Dilma Rousseff, no bojo das manifestações populares de 2013 e 2014. Por isso, é importante relembrar a proposta de Governo de Bolsonaro, cujo lema é: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

¹Trabalho resultado de pesquisa em andamento, intitulada “ O bolsonarismo e a política de comunicação do governo Carlos Moisés”, aprovada pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, bem como a partir de alguns dados apresentados em palestra proferida no XV Encontro de Economia Catarinense (Rio do Sul-SC).

Intitulado “O Caminho da Prosperidade”, tendo como palavras chaves constitucional, eficiente e fraterno, tinha como propósito tornar o “Brasil Livre”. “Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros”. Bolsonaro propôs “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos”.

Deste modo, é construído no Brasil com o respaldo da eleição de Moisés e do campo conservador em Santa Catarina o lema que seria a logomarca do bolsonarismo no poder: “Pátria amada Brasil”, que tem como princípio básico no programa de Governo de Bolsonaro a defesa intransigente da propriedade privada como política de Estado, considerados “sagrados e [que] não podem ser roubados, invadidos ou expropriados”, centrado nos valores da “FAMÍLIA”, seja ela como for, [que] é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas”. (Cf. Programa de Governo: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. João 8:32).

Contudo, o programa trazia uma novidade histórica em termos eleitorais – jamais visto no país quicá no mundo – que é pela primeira vez atacar pensadores conhecidos mundialmente, no caso Paulo Freire e Antonio Gramsci, citados literalmente no texto registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Diz a proposta de Bolsonaro: “A NOSSA BANDEIRA É VERDE-AMARELA “: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco. Presamos nos libertar. Vamos nos libertar”.

O documento diz que “nossa vitória será contra a servidão”, afirmando que “após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata. Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios”. A proposta de Governo de Bolsonaro no item Educação ataca Paulo Freire, ao afirmar: “Na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ”, “as universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada, fomentar

o empreendedorismo”, sendo que a “Educação à distância deveria ser vista como um importante instrumento [de ensino].”

Por último, Bolsonaro defende o papel das Forças Armadas do Brasil contra a doutrinação ideológica de esquerda e contra o Socialismo, quando afirma que “a garantia da Lei e da Ordem Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram.” De acordo com Bolsonaro “houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo”. E completa: “Saliente-se que a Força Armada do Brasil tem uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os Nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964”.

Em razão deste quadro, nosso grande desafio é compreender como foi possível chegar até aqui, sobretudo, quando pensamos o poder dominante em Santa Catarina. Assim, entendemos ser muito importante do ponto de vista teórico-metodológico a contribuição de René Armand Dreyfuss, na sua obra clássica, “1964: a conquista do Estado”, além da outra obra não menos famosa “O Jogo da direita na Nova República”.² A seguir, apresentamos de maneira resumida a teoria do autor, destacamos o surgimento das oligarquias em SC, e o período mais recente de nossa história política. E culminamos com a defesa de Gramsci sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia e a defesa da democracia social em contraposição a chamada democracia eleitoral.

1. As oligarquias dominantes em SC

Oligarquia significa etimologicamente "governo de poucos", mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de "Governo dos ricos", para o qual se usa hoje um termo de origem igualmente grega, "plutocracia".³

² Cf. DREIFUSS, René Armand, O jogo da direita na Nova República, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 294p

³Cf. BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 11ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998, p.833, aliás termo já empregado por Xenofonte, Recordações, IV, 6, 12). Diz Platão: — "Que sistema político... entendes por Oligarquia? — A constituição baseada no patrimônio... onde os ricos governam, enquanto o pobre não pode partilhar do poder" (República, 550 c).

Quando se diz que um Governo é oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo e chama-se assim justamente porque há vontade de o condenar. É quando o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas pretensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.⁴

Em resumo, Oligarquia é um mau Governo porque é um Governo de poucos, isto é, um Governo sem base popular ativa, sustentado não por uma participação contínua e consciente, mas pela inércia da maioria ou pela momentânea mobilização das massas nos momentos cruciais, mesmo que, casualmente, nessa situação histórica, esse seja o melhor dos Governos.⁵

Em suma, oligarquia é um termo com conotações pejorativas: não só significa governo de um pequeno grupo, mas também indica que esse grupo restrito é objeto de desaprovação geral, e considerado pela maioria como irresponsável e corrupto.⁶

Predomínio político-partidário conservador

O pesquisador da UFSC Yan de Souza Carreirão, no seu trabalho intitulado “O sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução”, defende a tese de que historicamente Santa Catarina tem apresentado, comparativamente à correlação de forças vigente em plano nacional, um predomínio conservador no âmbito político-partidário.

Segundo ele, desde o final da República Velha (1889/1930) até o golpe de 1964, o Estado de Santa Catarina foi dominado politicamente por dois grupos políticos centrados em duas famílias: os Ramos e os Konder Bornhausen.

(a) Os Ramos eram uma família de latifundiários que controlavam politicamente Lages – um dos mais importantes municípios do Estado – desde meados do século XIX.

- Após uma dissidência em relação aos dirigentes do Partido Republicano Catarinense, em 1922, ficam na oposição, chegando ao poder estadual a partir de 1930, junto com Getúlio Vargas; controlarão o Estado até 1945.

⁴Cf. BOBBIO, Op. Cit, p.857.

⁵Cf. BOBBIO, Op. Cit., p. 857.

⁶Cf. SILVA, Benedicto; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário de ciências sociais.1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986. xix, 1421 p.

- De outro lado, já no final do período da República Velha, os irmãos Vitor, Marcos e Adolfo Konder tinham o comando do Partido Republicano Catarinense e o último foi o governador entre 1926 e 1930.

(b) Os Konder-Bornhausen: O casamento de Irineu Bornhausen com a irmã dos Konder dá origem a uma aliança familiar: os Konder Bornhausen, cuja base regional original era o Vale do Itajaí – berço da colonização alemã [e polonesa] e da industrialização do Estado.

- Durante o período 1930/1945 os Konder e seu cunhado, Irineu Bornhausen, ficaram na oposição. E a partir de 1935, com a criação por Bornhausen e outros sócios do Banco Inco – que será o maior banco do Estado até o início da década de 1960 – o setor financeiro será a base econômica do grupo.

(c) Período “democrático” e multipartidário: De acordo com Carreirão, durante o período de 1945/1964, em que vigorou um regime político democrático e um sistema multipartidário no país, os Ramos dominam o PSD – Partido Social Democrático – durante toda a existência deste partido, assim como os Konder Bornhausen dominam a UDN – União Democrática Nacional.

- O autor observa que, em que pese a importância do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro⁷ – que elegeu em 1962 uma bancada praticamente igual à do PSD para a Câmara Federal, em Santa Catarina o bloco conservador estava longe de ser ameaçado no momento do golpe de 1964.

Período: Esperidião Amin – Governador “eleito” – 1983/1987

ARENA (1969-1980)

PDS (1980-1993)

PPR (1993-1995)

PP (1995-presente)

Obs.: Os governadores biônicos eram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

⁷Cf. Carreirão, Yan de S., op. cit., p. 20, quando afirma que o PTB catarinense só adquiriu um perfil mais próximo do populismo de esquerda após 1958, com a vinda de Dutel de Andrade para o Estado. Segundo o autor, até aí, o partido era dominado por lideranças moderadas, sendo seu presidente um membro da família Ramos.

Noção de esquerda e Frente Democrática

Definimos esquerda: a partir do princípio da igualdade social; projeto de uma sociedade igualitária, a ser construída pela ação das massas na história.⁸ Esta se move objetivamente pela dialética das contradições sociais, que encontra a sua resolução na superação do antagonismo das classes.

No curso deste movimento, a ação política incide sobre as condições dadas, reivindicando crescente participação dos atores sociais nas instâncias decisórias, a conquista, ampliação e consolidação dos direitos, o combate à exploração do trabalho pelo capital. Quanto a esfera dos valores, a esquerda se orienta por uma ética de solidariedade, que deve prevalecer sobre o egoísmo individualista típico da sociedade burguesa.

Direita: princípio da desigualdade natural: a hierarquia das capacidades justifica a exclusão dos homens comuns e o privilégio dos homens de elite. A desigualdade entre os homens é natural, não socialmente produzida. Do que se deduz que sempre houve e haverá ricos e pobres, exploradores e explorados. Esta desigual condição, segundo as mais clássicas formulações da economia liberal, é inclusive necessária para promover a livre competição entre os homens, beneficiando os mais aptos, que ocupam então o topo da hierarquia do mérito.

De acordo com Konder (p. 5-6), “em sua essência, a ideologia de direita representa sempre a existência (e as exigências) das forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias. Daí o conservadorismo intrínseco da direita”.

Com base na literatura e especialmente nas classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2002), adotamos como definição ideológica inicial a seguinte classificação dos partidos no Brasil, no eixo direita-esquerda:

• Direita: PP (PPB; PPR; PDS), PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA.

⁸Cf. FONTANA, Remy, Introdução: Uma novidade política”. In.: GRANDO, Sérgio. Florianópolis de todos. Florianópolis: Insular, 2000, p. 11-49.

- Centro: PMDB e PSDB.
- Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN.⁹

2. A chance de ruptura oligárquica com Jaison Barreto

Os anos 1980 foram marcados pelo surgimento e pelo avanço de diversos movimentos populares, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, ligados às fortes transformações capitalistas verificadas no Estado sobretudo ao longo das três últimas décadas. O desenvolvimento capitalista, caracterizado pela alta concentração de renda, resultou da ação deliberada das políticas governamentais federal e estadual, sob a égide da ditadura militar, que conseguiu reunir e apaziguar, no interior da Arena, as duas facções constituidoras da longa oligarquia catarinense: de um lado, os pessimistas Ramos, do outro lado, os udenistas Konder-Bornhausen.¹⁰

O desenvolvimento industrial, o avanço das relações capitalistas na agricultura, a acelerada urbanização, o aumento da população ativa no setor de prestação de serviços (comércio, bancos, escolas, hospitais, transportes, lazer, etc.), a mercantilização generalizada do cotidiano, remetem para a formação de novos e exigentes sujeitos coletivos, com novas e crescentes demandas sociais, em meio às fortes contradições decorrentes da continuidade de um poder político desfrutado como patrimônio de alguns privilegiados.

De acordo com a autora, “o homem coletivo atual (...) forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção”. O avançar da organização da sociedade civil constrói uma pluralidade de novos atores sociais que, através de suas necessidades e lutas, de suas articulações políticas, tendem a implodir o exercício oligárquico da política, a tornar insustentável a continuidade desse “governo de poucos”, de seus arraigados mandonismos e toda sorte de arbitrariedades.

A inércia política da maioria, que era o sustentáculo da oligarquia, é progressivamente substituída por uma população que busca se organizar, com segmentos

⁹Cf. Yan de Souza Carreirão, Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Open. Publica vol.12, no.1, Campinas, Par./May, 2006.

¹⁰Cf. AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos 'Fanáticos' do Contestado a 'Opção pelos Pequenos'. 1991. 416 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991, que com base em Norberto Bobbio, “Oligarquia”, in.: Norberto Bobbio e outros, Dicionário de Política, p. 835, afirma em seu trabalho, que “estamos compreendendo oligarquia estritamente no sentido posto por Bobbio.

que tendem a se apresentar ativos, reivindicadores lutadores, que constroem novas forças políticas capazes de imprimir uma outra qualidade ao exercício da política e, no processo, a exigir a democratização real do Estado. Por toda parte, com diferentes níveis de consciência, as vastas legiões de excluídos da “modernidade” buscam erguer sua voz, marcar presença ativa na exigência de alargamento do campo da ação governamental, redefinindo sua representatividade e, a partir de alterações concretas postas no presente, construir novas possibilidades, descortinar novos horizontes sociais.

O sistema bipartidário é extinto pela lei 6.767, em dezembro de 1979, atendendo a interesses do governo e de boa parte da oposição.¹¹ A seguir, a Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, além de permitir a legalização de partidos comunistas, facilita a formação de outros partidos, e, é a partir daí que se configura o padrão do sistema multipartidário atualmente em vigor.

A fraude eleitoral e a manutenção da ordem

Neste sentido, as eleições de 1982 propiciaram a possibilidade de “ruptura” no sistema político até então dominante em Santa Catarina, principalmente se levarmos em conta o surgimento de candidatura independente das forças tradicionais que sempre dominaram o Estado, representada neste pleito pela candidatura peemedebista de Jaison Tupy Barreto.¹²

Ele era originalmente ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº2 de 27 de outubro de 1965, iniciou sua trajetória política em novembro de 1970, quando se elegeu deputado federal por Santa Catarina, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar. (Já no apoio a Jaison, além de representantes também da UDN e PSD, encontramos

¹¹Cf. Carreirão, Op. Cit., p. 21, que afirma que do ponto de vista do governo federal, a avaliação era a de que a ARENA poderia perder a maioria nas eleições seguintes para o Congresso Nacional – colocando em risco a eleição do próximo presidente da República, via Colégio Eleitoral; de outro lado, havia forte pressão por parte de diversos setores da oposição, que não estavam mais interessados em ficar em um único partido, extremamente heterogêneo, como era o MDB, que incluía desde liberais descontentes com o regime autoritário até grupos de esquerda [ou extrema-esquerda].

Abra-se o caminho para a criação de novos partidos: seis partidos são criados até maio de 1980. São eles: PDS, PMDB, PTB, PDT, PT e PP. (O antigo PP se funde ao PMDB antes das eleições de 1982, em que somente os outros cinco concorrem. (Idem).

O Partido da Frente Liberal (PFL) será formado em torno do episódio do Colégio Eleitoral que escolhe o presidente da República em 1985. (Idem. Ibidem).

¹²Cf. AGUIAR, Itamar. Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 189 p.

lideranças de esquerda oriundas do PTB antigo, PCB, PC do B, MR-8, PSB e esquerda independente, entre outros).

Tal possibilidade, obrigara a união de forças das elites (seus blocos mais tradicionais e mais modernizantes) em torno de projeto capaz de impedir a vitória das Oposições cujas chances de êxito alcançavam níveis elevados. Dessa forma, as elites tiveram que se apegar com todas as armas (algumas delas bastante questionáveis), em torno da candidatura de Esperidião Amin cuja vitória em 1982 é até hoje questionada devido a fraude eleitoral.

Deste modo, demonstrando com nossa pesquisa que em momentos de forte polarização – a exemplo das eleições de 1982 -, a ação das elites pode ter redundado na “quebra” das regras do jogo para fazer valer seu intento. Por isso, com a pesquisa, deu-se ênfase aos inúmeros casos de fraude ocorridos durante o processo eleitoral, que pode ter revelado outra faceta desta ação dos setores dominantes. Some-se ao fato que muitos episódios verificados em Santa Catarina, apresentaram bastante similitude com os de outros centros do país, colocando à mostra de um lado, a “fragilidade” da Justiça Eleitoral em coibir os abusos; de outro, revelando uma justiça no “mínimo” despreparada e mesmo “omissa” em alguns casos.

Em resumo, o PMDB catarinense não teve o mesmo sucesso que Brizola no Rio de Janeiro, no que se refere ao trabalho de coibir o que qualificou em seu recurso ao TRE-SC de “vícios insanáveis” [fraude eleitoral] havidos nas eleições.

3. O crescimento do PT e a ruptura do bloco conservador municipal

As esquerdas no poder, é enfim a possibilidade de substituir a lógica do poder pela da sociedade, a relação privilegiada com os poderosos pela relação orgânica com organizações e movimentos populares, o trânsito fácil e o conluio suspeito com as altas autoridades, pelo diálogo aberto e a transparência pública com os diversos setores/atores sociais.¹³

É certo que este núcleo elitista vem sendo minado desde o início dos anos 1980 – sem desconsiderar as lutas políticas anteriores, principalmente, até certo ponto, por algumas vitórias do PMDB e, mais recentemente, pelo crescimento político-eleitoral das

¹³Cf. FONTANA, Remy, Introdução: Uma novidade política”. In.: GRANDO, Sérgio. Florianópolis de todos. Florianópolis: Insular, 2000, p. 16.

agregações de esquerda e centro-esquerda – PT, PDT, PCB-PPS, PCdoB, PSB, PV e PSDB. O PSDB, no entanto, a partir de certo momento orienta-se à direita, primeiro a nível nacional (1994), depois a nível regional e local (1996).¹⁴

A política local desde então entra em novo patamar, aquele em que a oposição – histórica, ideológica, de esquerda – impõe seu reconhecimento como protagonista legítimo do sistema político. Dilui-se a pretensão exclusivista da representação de interesses. Abala-se a presunção de feições nobiliárquicas, ainda que caricatas, quanto ao acesso à gabinetes palacianos e ao controle das instâncias decisórias. Desmonta-se enfim a fantasmagoria de que a política é prerrogativa de notáveis, uma confraria de privilegiados.¹⁵

Os espaços locais assumem um potencial, tanto para contribuir no equacionamento das crises de financiamento e político-institucional do Estado liberal, quanto para gerar uma nova dimensão política de reconstituição de um projeto democrático (Genro, 1996).¹⁶

O que implicou em dotar de capacidade plena de gestão o poder local, incluir a ampliação da base do sistema de tomada de decisões e aproximar a função pública do cidadão¹⁷. Nessa perspectiva a questão diz respeito, também, ao financiamento do governo local, uma vez que é essencial, não só para que o município tenha autonomia de gestão, mas, também, porque tem impacto na formação da consciência de cidadania da população, através de uma maior participação nas decisões municipais.¹⁸

Um exemplo dessa participação é o Orçamento Participativo, uma ideia desenvolvida e aplicada em muitas administrações públicas nas quais o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve ou está na gestão, que hoje foi absorvida por outras gestões, em que a comunidade decide, através de assembleias, no que deve ser aplicada parte dos recursos públicos destinados a investimentos.¹⁹

A experiência pioneira de Lages e Florianópolis

¹⁴Cf. FONTANA, Op. Cit., p. 27.

¹⁵Cf. FONTANA, Op. Cit., p.16.

¹⁶Cf. RODRIGUES, Gilmar Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina [tese]: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos/Gilmar Rodrigues; orientador, Terni José Siebel. - Florianópolis, SC, 2010, p. 30.

¹⁷Cf. Rodrigues, Op. Cit., 2010, p. 40.

¹⁸Cf. Rodrigues, Op. Cit., 2010, p. 40.

¹⁹Cf. Rodrigues, Op. Cit., 2010, p. 40.

Dentro deste contexto da “quebra” do poderio dominante oligárquico, podemos citar a experiência pioneira de Dirceu Carneiro (MDB), prefeito de Lages na Serra Catarinense – 1977/1982 -, que promoveu a experiência histórica da democracia participativa em Lages no final da década de 1970 (Cf. A Força do Povo: Democracia participativa em Lages, obra de Márcio Moreira Alves, com prefácio de Maurício Tragtenberg, publicada em 1980 e atualmente na 8ª edição, pela editora editora Brasiliense)²⁰.

Além de Dirceu, também tivemos outra experiência de governo democrático nos anos 1990 em Santa Catarina, que foi a experiência da Frente Popular liderada por Sérgio Grando (PPS) na prefeitura de Florianópolis -1993/1996 -, quando tentou implementar uma experiência de Frente Ampla das esquerdas com vistas a um governo popular e participativo num país capitalista.²¹ Foi uma experiência de gestão pública democrática, progressista e popular de um governo municipal eleito num momento de florescência democrática, no contexto a recém-nascida Constituição democrática de 1988.²²

A eleição de Grando, em 1992, concretizou o sucesso da união de várias forças progressistas e da esquerda democrática, numa composição vitoriosa da Frente Popular, integrada por oito partidos (PPS, PT, PDT, PSB, PC, PV, PCdoB e PSDB), na disputa das eleições municipais naquele ano²³, recebendo o título de “Capital da Qualidade de Vida”, conferido pela ONU.

A capital dos catarinenses tem sido um tradicional reduto do conservadorismo oficialista, que coloca parte expressiva de sua população na dependência do aparelhismo estatal, controlado com fina arte clientelística por sucessivas gerações de notáveis (p 27) e membros ativos da nova oligarquia estadual. E entre estas, as duplas Amin/Ângela, Bornhausen pai/filho constituem as expressões contemporâneas mais visíveis, cuja força

²⁰Cf. Alesc, Memória Política de Santa Catarina, que afirma que em 1976, que na sua gestão, criou o sistema de saúde pública - os médicos iam até os pacientes, modelo que repercutiu nacionalmente e serviu de inspiração para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

²¹Cf. FONTANA, Remy José, Grando, prefeito. Contexto, desafios, realizações e legado (Cf. Grando, Presente! DF: Fundação Astrojildo Pereira; 1ª edição, 2020. 224p).

Também a esse respeito, vide o trabalho de Gilmar RODRIGUES, Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos” (cf. Tese de Doutorado: UFSC, 2010), que remete à tese clássica de Claus Offe (1984).

²²Cf. Grando, Presente! DF: Fundação Astrojildo Pereira; 1ª edição, 2020. 224p.

²³Cf. Grando, Presente! DF: Fundação Astrojildo Pereira; 1ª edição, 2020. 224p.

política e influência extrapolam grandemente o âmbito local, projetando-se a nível nacional.²⁴

A administração popular de Sérgio Grando em Florianópolis como prefeito inscreve-se no rol das experiências administrativas alternativas municipais, conduzidas por partidos de esquerda. Sua novidade histórica é de natureza principalmente política, pela reversão de uma arrigada tendência de dominação elitista para um poder que se abre aos setores populares.

FRENTE POPULAR

O que é uma política de Frente Popular? A atuação política segundo a perspectiva popular e democrática tem como um das principais características a defesa e promoção da autonomia dos setores sociais majoritários.²⁵ Inclui a reivindicação do seu reconhecimento como ator político relevante, portador de atributos republicanos modernos – que apesar de concebidos originalmente como soberania popular instituinte do poder e universalidade da cidadania, tarda a realizar-se. Os segmentos sociais que vão formar as bases de apoio para tal política são genericamente os trabalhadores, incluídos hoje diversos setores médios com escolaridade superior, e os inúmeros representantes da pequena burguesia.

São politicamente ativos, vinculam-se às lutas democráticas, pelos direitos individuais e pelos direitos humanos, militam em associações, movimentos, sindicatos ou partidos, orientam-se por programas amplamente discutidos. Em termos ideológicos visualizam um projeto histórico de transformação, tem consciência crítica e a exercem a ação política contra toda forma de exploração e as estruturas de dominação.

Seus recursos de luta são basicamente sociopolíticos, de clareza ideológica e capacidade discursiva, de organização e militância combativa, de mobilização social e participação política.²⁶

²⁴Cf. FONTANA, Remy, Introdução: Uma novidade política”. In.: GRANDO, Sérgio. Florianópolis de todos. Florianópolis: Insular, 2000, p. 27.

²⁵Cf. FONTANA, Op. Cit., p. 21-22.

²⁶Cf. FONTANA, Op. Cit., p. 22, que destaca que a razão mesma de uma política popular nas condições contemporâneas prende-se ao atraso histórico de inclusão das massas na política, principalmente, devido aos limites à participação impostos pela democracia burguesa que lhes dificulta o acesso ao poder. (P. 22). O fato é que tanto a doutrina liberal, quanto seu sistema eleitoral, nunca se sentiram muito confortáveis com o sufrágio universal e com o governo da maioria. Criaram, conseqüentemente, uma pletora de mecanismos protetores para falsear e deformar a vontade coletiva, que vão de sutilezas legislativas restritivas à manipulação da opinião pública, abuso do poder econômico e, se for necessário, fraude nua e crua. (P. 22).

Igualmente relevante tem sido a capacidade de inovação de gestão demonstrada por essas experiências, abrindo o processo decisório, estimulando iniciativas autônomas, compartilhando reponsabilidades públicas. E, não menos importante, tem propiciado a abertura do leque de opções ideológicas, que se credenciam para orientar propostas de governos alternativos.²⁷ São iniciativas políticas que provocam uma inflexão no processo político local, com impactos sobre o conjunto da política catarinense, indicando uma inclusão política parcialmente exitosa das camadas populares, como protagonistas crescentemente autônomas diante de uma secular dependência clientelística e de uma condição de imaturidade cidadã. Com isso, concretamente, as tradicionais forças políticas locais, que tem se revezado no poder, já não podem mais dar por equacionadas suas disputas pelo controle oligárquico da cidade apenas no seu âmbito.²⁸

4. A força da era Lula

Portanto, assistimos no limiar da candidatura de Luiz Inacio Lula da Silva à presidência da República em 1989, o crescimento do PT catarinense e a conquista do poder político em cidades-polos economicamente importantes do Estado. Surgem, portanto, novas forças políticas no Estado, tendo como resultado a eleição da primeira senadora mulher catarinense (Ideli Salvatti- PT Joinville), com o prefeito José Frisch do PT de Chapecó ficando na terceira colocação para governador, o que colocou definitivamente o PT não só como um dos cinco maiores partidos do Estado como também se apresentando como nova alternativa popular de poder, fora do bloco oligárquico dominante.

O notável avanço na implantação local do PT pode parcialmente ser atribuído à popularidade de Lula e à alta aprovação do seu governo no período.²⁹ Para um partido que possuía dificuldades históricas de se estabelecer nos municípios menores, eleger vereadores em quase metade das cidades do país é uma conquista significativa. Aos poucos vão sendo preenchidos os “clarões eleitorais” em que o partido não conseguiu fincar raízes. Houve uma mudança da base eleitoral de Lula rumo ao eleitorado menos escolarizado, mais pobre, e das regiões menos desenvolvidas.

²⁷Cf. FONTANA, Op. Cit., p.11.

²⁸Cf. FONTANA, Op. Cit., p.15.

²⁹Cf. FERREIRA, Denise Paiva; RIBEIRO, Pedro Floriano. O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local do PT E (P) MDB em perspectiva comparada. IN.: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Djalma. Ijuí: Ed. Uniu, 2009. 272p.

É um dos fenômenos mais relevantes da política nacional nos últimos anos, a base petista tem acompanhado essa transformação. De um partido de classe média, que tradicionalmente possuía maior penetração junto ao eleitorado mais escolarizado das médias e grandes cidades, o PT da era Lula paulatinamente passou a encontrar maior recepção, em termos de preferência partidárias, junto ao eleitor menos escolarizado e de menor renda.

Se a força política de Lula ajudou o PT nestes processos, as estratégias da sigla também desempenharam um papel importante na organização de diretórios municipais e comissões provisórias do partido. No emaranhado do sistema partidário pós-redemocratização, o PT conseguiu se sobressair diante das demais organizações partidárias, consolidando uma “marca política” própria e bastante valorizada. O partido consolidou-se na liderança da preferência partidária (principal indicador para mensurar o grau de enraizamento societário dos partidos). Do mesmo modo, o trabalho de fortalecimento da organização partidária petista também é responsável por esses êxitos.

Em suma, a expansão eleitoral do PT caminhou *pari passu* à expansão organizativa, propiciando um salto eleitoral significativo entre os anos 2000 e 2004, a partir do trabalho de expansão organizativa levado a cabo pela direção nacional do PT a partir de 2000. Foi um projeto centralizado que tratou de fincar raízes, com a constituição de Diretórios Municipais e Comissões Provisórias, naquelas regiões de menor presença do partido (Nordeste, Tocantins Goiás e Mato Grosso).

PT chega ao poder municipal em SC

O PT em Santa Catarina começa a ser discutido já em 1979, por um grupo pequeno de pessoas, em boa parte ex-militantes de grupos clandestinos.³⁰

Quando se forma, porém, em 1980, tem como base fundamental de formação, setores ligados à Igreja Católica – em especial grupos de trabalhadores sem-terra e de pequenos agricultores, grupos de esquerda de orientações marxista-leninista e trotskista e setores de esquerda independente – sindicalistas, profissionais liberais e professores.

³⁰Cf. CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. Os partidos na política catarinense – eleições, processo legislativo, políticas públicas (Org.). Florianópolis: Insular, 2016.

Desde o início, os segmentos ligados à Igreja têm um peso muito forte dentro do partido.

Do ponto de vista do apoio parlamentar, no momento de sua fundação em Santa Catarina, aderiram ao PT apenas um vereador e um deputado federal, que logo a seguir saíram do partido.

Regionalmente, o PT teve força – durante boa parte de sua existência – em Florianópolis junto a segmentos como bancários, eletricitários, profissionais liberais – médicos e jornalistas, professores (universitários e de 2º Grau), estudantes e ainda movimentos comunitários de periferia – onde a IGREJA Católica tem influência.

Na região Sul (Criciúma), entre os mineiros, ceramistas e calçadistas; na região Oeste – onde o partido é mais forte -, junto aos sindicatos rurais, sem-terra e pequenos proprietários rurais, com forte influência dos setores progressistas da Igreja Católica.

No Vale do Itajaí e na região de Joinville, cresce a penetração do partido junto ao operariado industrial, ao longo da década de 1990.

Do final de 2002 para frente, como resultado do bom desempenho do partido no âmbito nacional e estadual, houve um crescimento maior da estrutura organizacional, por exemplo em 2005, o PT contava com cerca de 41 mil filiados e com Diretórios Municipais ou Comissões Provisórias em 279 municípios catarinenses.³¹

Quadro I - Prefeituras conquistadas pelo PT durante a organização partidária e início da influência de Lula – Anos 1990-2000:

Região	Município	Prefeito Eleito	Período	Perfil do Prefeito Eleito
Região Oeste	CHAPECÓ	José Fritsch	1997/2000 2001/2004*	Nascido no oeste de Santa Catarina, é filho de pequenos agricultores, e mudou-se para Chapecó aos doze anos, onde estudou no Seminário Diocesano. É casado e tem quatro filhos. Formou-se em Estudos Sociais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Chapecó, e cursou Filosofia e Política Social na Alemanha. Na capital catarinense, participou da fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em meados dos anos 70, e ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1994, elegeram-se deputado federal por Santa Catarina na 50ª legislatura (1995 – 1999). Em 1996, foi eleito prefeito de Chapecó, cargo para o qual foi reeleito em 2000. Renunciou à prefeitura em abril de 2002 para ser candidato a governador do estado de Santa Catarina, mas não conseguiu chegar ao segundo turno. Assumiu o comando da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no final de 2002, a convite do então presidente Lula.
Região Oeste	CHAPECÓ	Pedro Uczai	2002/2004**	Vice-prefeito no cargo de forma definitiva. O professor universitário e deputado federal Pedro Uczai é Graduado em Estudos Sociais, Filosofia e Teologia, possui mestrado em História do Brasil. Tem 12 livros publicados. Foi professor da Universidade do Oeste Catarinense, a Unoesc, aonde ocupou funções na gestão. É professor licenciado da Universidade Pública Comunitária Regional de Chapecó, a Unochapecó. A trajetória política de Pedro Uczai emerge da luta dos movimentos sociais e das pastorais, incentivada pelo “Mestre e Aprendiz do Povo”, Bispo Dom José Gomes (in memoriam). Pedro Uczai foi uma das principais lideranças que trabalharam para viabilizar a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com o Campus Sede em Chapecó. Foi deputado à Assembléia Legislativa de Santa Catarina na 13ª legislatura (1995 — 1999), na 14ª legislatura (1999-2000) e na 16ª legislatura (2007 — 2011). Foi vice-prefeito de Chapecó 2001/2002) e,

³¹Cf. Carreirão e Borba, Op. Cit., p. 34-35, que afirmam que esta trajetória ascendente do partido, em termos organizacionais, pode ser afetada em razão das denúncias que resultaram na chamada “CPI do Mensalão”.

				depois, prefeito (2002/2004), com a renúncia de José Fritsch para concorrer ao governo do Estado de Santa Catarina. Foi deputado federal à Câmara na 54ª legislatura (2011 — 2015). Nas eleições de 2014, em 5 de outubro, foi reeleito deputado federal por Santa Catarina para a 55ª legislatura (2015 — 2019).
Região do Vale do Itajaí	BLUMENAU	Décio Lima	1997/2000 2001/2004*	Licenciado em Ciências Sociais pela Fundação de Ensino do Polo Geoeeducacional do Vale do Itajaí (Fepevi) em 1984, e bacharel em Direito pela (UNIVALI) em 1989, desde a época da graduação, Décio Lima esteve envolvido ativamente com o movimento estudantil, chegando a ocupar a vice-presidência do Diretório Acadêmico de Filosofia, e a presidência do Diretório Acadêmico de Direito e da União Catarinense dos Estudantes (UCE). Ainda em 1989, também começou a atuar como advogado sindicalista, função que desempenhou até 1996. Além disso, Décio Lima é casado com a deputada estadual Ana Paula Lima e tem dois filhos. Décio Lima iniciou sua trajetória política filiando-se ao Partido dos Trabalhadores em 1981 e atuando como vereador na cidade de Blumenau entre 1993 e 1996 pela legenda. O PT lançou em 21/05/22 oficialmente o ex-deputado federal Décio Lima como pré-candidato ao governo de Santa Catarina. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa (Alesc). A sigla também apresentou os nomes que irão concorrer como deputados estaduais e federais. O evento faz parte do processo eleitoral interno do partido e os nomes indicados serão submetidos à Federação Brasil da Esperança e, posteriormente, aos partidos que compõem a Frente Democrática. Entre os representantes dos partidos apoiadores, denominados "Frente Democrática", estão: Afrânio Bopre (PSOL), João Medeiros (Rede Sustentabilidade), Guaraci Fagundes (PV), Douglas Matos (PCdoB), Gelson Merisio (Solidariedade), Manoel Dias e Jorge Boeira representando o PDT, Rodrigo Bornholdt (PSB) e, representando o PRTB, bispo João.
Região do Vale do Itajaí	ITAJAÍ	Volnei Morastoni	2005/2008 2017/2020*** 2021/2024***	Em 1976 graduou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná. É pós-graduado em pediatria pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, e também em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Quando estudante, na década de 1970, logo no início da vida política, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1989 ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT), e logo despontou como liderança política municipal, elegeu-se por duas vezes consecutivas para a Câmara de Vereadores de Itajaí, entre de 1989 e 1994. Em 2004 foi eleito prefeito da cidade de Itajaí. Com Volnei na prefeitura, Itajaí foi proporcionalmente a cidade que recebeu o maior volume de verbas do PAC, <i>per capita</i> . O investimento em obras de saneamento, habitação e porto, entre outras, foi o maior do Brasil. A barragem do rio Itajaí-Mirim para o controle de salinidade de água no seu ponto de captação e abastecimento da cidade foi mais uma conquista histórica, que mudou a vida dos itajaienses para sempre. Nas eleições municipais de Itajaí, em 2016, sagrou-se vitorioso, e assumiu o cargo de prefeito novamente em 1 de janeiro de 2017. Em 2020, ganhou destaque nacional por defender tratamentos sem comprovação científica contra a Covid, como o uso da cânfora e a aplicação de ozônio por via retal.
Região do Planalto Norte	JOINVILLE	Carlito Merss	2009-2012	É economista e filiado ao PT desde 1983, ex-prefeito de Joinville (2009-2012). Graduado em Economia pela Universidade de Joinville (UNIVILLE), em 1979, Pós-Graduado em Economia do Trabalho pela Universidade de Campinas (UNICAMP/SP), em 1992. Trabalhou nas Indústrias Colín, foi professor no Colégio Estadual Celso Ramos e no Centro Interescolar de Segundo Grau, de 1983 a 1995, e professor na UNIVILLE, de 1990 até 1994. Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Regional Norte, em Joinville, ocupando a vice-presidência de 1991 a 1992. Foi membro do Diretório Estadual em Santa Catarina e Presidente da Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), em Joinville, de 1989 a 1991. Iniciou a vida política em 1992, elegeu-se Vereador à Câmara de Joinville, pela legenda petista. Eleito pela primeira vez, em 1992, a vereador em Joinville, cargo que ocupou, de 1º de janeiro de 1993 até 31 de janeiro de 1995, quando no dia seguinte, assumiu o mandato de deputado estadual na 13ª legislatura (1995-1999) (decorrente da sua eleição em 1994). Foi deputado federal por Santa Catarina na 51ª legislatura (1999 — 2003), na 52ª legislatura (2003-2007) e na 53ª legislatura (2007 — 2011). Foi o candidato a deputado federal mais votado em Santa Catarina, nas eleições de 2002, com 140 657 votos (4,59%).
Região Sul	CRICIÚMA	Décio Góes	2001-2004	Nasceu em 1º de março de 1954, em Criciúma/SC. Filho de Décio Góes e de Antônia Gomes Góes. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UNISINOS. Foi eleito pelo PT Prefeito de Criciúma, em 2000, com 45.898 votos, para mandato de 2001-2004. Durante seu governo promoveu várias obras e desenvolveu projetos com base no Orçamento Participativo. Tentou a reeleição em 2004, mas foi impedido de assumir pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Pelo PT, em 2006, elegeu-se Deputado Estadual à Assembleia Legislativa de Santa Catarina com 23.010 votos, tomou posse à 16ª Legislatura (2007-2011). Liderou a bancada do Partido dos Trabalhadores na Casa. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 16ª legislatura (2007 — 2011). Na prefeitura deu especial atenção à educação, saúde e assistência social, trabalho que o levou a conquistar os prêmios Prefeito Amigo da Criança pela Fundação Abrinq/Unesco, e Prefeito Amigo da Família pela OMF/Unesco. Por meio do orçamento participativo, realizou uma série de melhorias, obras e ações em todos os bairros. Destacou-se pelo cuidado com a cidade e na elaboração de projetos estratégicos para o desenvolvimento local, como anel viário, via expressa, prevenção de cheias e revitalização do rio Criciúma, Parque das Etnias, etc. Nas eleições de 2012, elegeu-se Prefeito de Balneário Rincão, município emancipado de Içara/SC e instalado oficialmente em 2013, quando tomou posse no cargo para mandato de 2013-2016. Presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), em 2003 e 2016.

Obs.: Elaborado pelo autor.

* Prefeito reeleito

**Assumiu o mandato de prefeito com a tentativa de José Fritsch em disputar o governo do Estado.

***Volnei Morastoni saiu do PT, e se elegeu prefeito de Itajaí pelo PMDB. Após, concorreu à reeleição pelo mesmo partido e foi vitorioso, concorrendo pelo sucedâneo do PMDB, o MDB.

Infelizmente, várias dessas experiências exitosas do PT catarinense no plano municipal se perderam e não tiveram sequência ou não foram transformadas em políticas públicas no plano estadual. Ou foram transformadas em pauta somente parcialmente. Uma das causas pode ser a “guerra ideológica” e o uso da propaganda em massa de denúncias de corrupção desferida contra o maior partido de Oposição de nossa história.

O seu epicentro foi a operação Lava-Jato, a prisão de Lula, e os protestos de 2013/2014, que resultaram no golpe contra a primeira mulher eleita democraticamente em nossa história, a presidenta Dilma Rousseff, no bojo do “lavajatismo” do juiz Sérgio Moro, hoje desacreditado. E cuja operação acabou sendo condenada socialmente, inclusive, pela mesma mídia “golpista” que o apoiou, depois das revelações da Intercept Brasil e da ação política de esquerda.

Sobre isso, ver a respeito, respectivamente, os trabalhos de: MOREIRA LEITE: 2013 (outro lado do mensalão); também do mesmo autor (2015), vide a obra A outra história da Lava-Jato; de Jessé SOUZA: 2016 (A radiografia do golpe contra a Dilma) ; além das seguintes obras: JINKINGS [et.all], Por que gritamos golpe (2016); ABRANCHES (2018); CARDOSO (2021), que destaca a rapinagem no Brasil com o golpe de 2016, etc. Sobre a prisão e o processo de Lula, vide a volumosa obra de centenas de juristas brasileiros (2017), etc. No âmbito local, Carreirão e Borba parecem corroborar em parte com nossa tese, afirmando que esta trajetória ascendente do PT catarinense, em termos organizacionais e políticos, “pode ser afetada em razão das denúncias de corrupção”³², ao lembrar o exemplo da CPI do Mensalão.

Pesquisa recente do Instituto Datafolha aponta que “a queda de Dilma, as condenações de Lula na Operação Lava Jato e o surgimento do bolsonarismo simbolizaram reveses para a esquerda”.³³ Desde 2021, com a anulação das sentenças do ex-presidente pelo Supremo (STF) e sua volta ao jogo político-eleitoral, o campo busca retomar o fôlego. Pesquisa Datafolha do fim de 2021 mostrou que o PT alcançou seu melhor resultado na preferência partidária do brasileiro desde 2013.

A sigla, que sempre liderou o ranking, mas acumulava altos e baixos no levantamento, foi apontada como a predileta por 28% dos entrevistados. A pior marca do

³²Cf. CARREIRÃO e BORBA, Op. Cit., p. 34-35.

³³Cf. kW. msn.com/pt-br/noticias/brasil, Folha SP, Joelmir Tavares, “Identificação com a esquerda cresce e vai a 49% da população; direita recua, diz Datafolha”, de 04/06/22.

partido (9%) foi em março de 2015, quando protestos contra o governo Dilma reuniram quase 1 milhão de pessoas pelo país.

Hoje, a identificação dos brasileiros com o espectro ideológico de esquerda cresceu e alcança o patamar de 49% da preferência da população, segundo o Datafolha. O percentual, que abrange ideias sobre comportamento, valores e economia, é o mais alto da série histórica para a pesquisa, iniciada em 2013.³⁴ A pesquisa do Datafolha com a conclusão sobre inclinação política, que ouviu 2.556 pessoas acima dos 16 anos em 181 cidades de todo o país nos últimos dias 25 e 26 de 2022, também trouxe o petista Lula com 48% das preferências no primeiro turno das eleições presidenciais, ante 27% de Bolsonaro, candidato à reeleição.

A pesquisa, feita a partir de respostas dos entrevistados a perguntas sobre temas que separam as duas visões de mundo dos dois postulantes à Presidência -como drogas, armas, criminalidade, migração, homossexualidade e impostos -, mostra que 34% têm ideias próximas à direita, 17% se localizam ao centro, e 49% da população à esquerda.

5. A era LHS

Antes da nova fase oligárquica em SC, marcada pela era Luiz Henrique da Silveira (LHS), tivemos um interregno de governadores eleitos pelo sufrágio universal, pertencentes respectivamente, a ala conservadora de Oposição, lideradas pelo governo de Pedro Ivo Campos/Maldaner e Paulo Afonso Vieira de centro-esquerda.³⁵, que “furo” a fila de políticos tradicionais – inclusive no próprio partido.

Eles rivalizaram o poder estadual com os membros da “nova” oligarquia, Amin e Wilson Kleinubing, este último fazendo dobradinha com um membro da “velha” oligarquia, Konder Reis.

Em retrospectiva histórica, nós tivemos a eleição direta de Pedro Ivo Campos (PMDB) – período de 1987/1991 – Governador eleito em sufrágio universal (faleceu no cargo). Seu mandato foi concluído por seu vice, Casildo Maldaner (PMDB), - (fevereiro de 1990 a 15 de março de 1991).

³⁴Cf. www.msn.com/pt-br/noticias/brasil, Folha SP, Joelmir Tavares, “Identificação com a esquerda cresce e vai a 49% da população; direita recua, diz Datafolha”, de 04/06/22., que destaca que de 2017, quando foi realizado o levantamento anterior, para cá, o perfil ideológico mudou: antes havia uma divisão mais igualitária entre direita (40%) e esquerda (41%), e agora a segunda opção é predominante.

³⁵Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-afonso-evangelista-vieira>. Acesso: 28/05/22.

Pedro Ivo/Maldaner foram sucedidos por Wilson Kleinübing (PFL), - no período de 1991/1995. Ele teve como vice Antônio Carlos Konder Reis então no PPR (Partido Progressista Reformador), que concluiu o mandato de Kleinübing (período de abril de 1994/janeiro de 1995).³⁶

Eles foram sucedidos respectivamente por Paulo Afonso Vieira (PMDB) - no período de 1995/1999 -, e Amin (PPB-Partido Progressista Brasileiro e atual PP) - no período de 1999/2003.³⁷

Período LHS da tríplice aliança conservadora

Nas eleições de 2002 em Santa Catarina, inicia nova fase do poder oligárquico estadual, agora capitaneado não por um membro direto das famílias oligárquicas tradicionais, mas pela mão de um ex-oposicionista histórico das hostes conservadoras do maior partido de Oposição no estado, o PMDB de Luiz Henrique da Silveira (LHS) (ele era da ala conservadora liderada por Pedro Ivo Campos).

A partir da ascensão ao poder de LHS ao governo do estado, temos a nova configuração da oligarquia catarinense, pois ele liderou uma coalizão conservadora que trouxe novamente os filhos diletos das oligarquias Konder-Bornhausen para o poder novamente.

Essa fase de nossa história ficou conhecida pela famosa alcunha da “tríplice aliança”, coalizão conservadora centrada no PMDB/PSDB/PFL (DEM), e que continuou com Raimundo Colombo (PSD). Essa nova coalizão conservadora governou o Estado por dezesseis anos. Porta de entrada para o governo bolsonarista com perfil fascista de Carlos Moisés da Silva, dentre outras razões conjunturais e históricas.

Portanto, considerando o período de LHS/COLOMBO/MOISÉS já são duas décadas no controle do aparato do Estado por uma coalizão de perfil oligárquico e, agora, de extrema-direita no poder.

Quadro II - COALIZÃO DE CENTRO-DIREITA: reconfiguração do poderio oligárquico em SC – Período LHS/COLOMBO (2003/2018):

Período	Governador	Coalizão	Máquina Eleitoral
---------	------------	----------	-------------------

³⁶Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kleinubing-wilson>. Acesso: 28/05/22.

³⁷Amin foi eleito pela coalizão Mais Santa Catarina (PPB, PFL, PSDB, PTB, PL, PAN, PGT, PRN, PRTB, PSDC, PSL, PST, PtoB), tendo como vice Paulo Bauer (PFL), sendo que Jorge Bornhausen (PFL) foi eleito senador.

2003-2006* 2007/2010**	Luiz Henrique da Silveira (LHS) MDB (1969–1979) PMDB (1980–2015)	PMDB/PSDB (Centro-direita). * Coligação Por Toda Santa Catarina (PMDB, PSDB). PMDB/PSDB/PFL (DEM) (Centro-direita). ** Chamada “tríplice aliança”. Coligação Todos por Toda Santa Catarina (PMDB, PSDB, PFL(DEM), PPS, PAN, PHS, PRTB, PTdoB)	Seu governo foi marcado pela criação de trinta secretarias de Desenvolvimento Regional em diversas regiões do estado, ato muitas vezes criticado devido à possibilidade de criação de cargos comissionados, onerando os cofres públicos. A coalizão entre PFL (DEM) /PSD-PMDB-PSDB foi idealizada por Luiz Henrique da Silveira em 2002 e governou Santa Catarina nos últimos 16 anos. A tríplice aliança elegeu dois governadores, três senadores, dez deputados estaduais e 30 federais neste período. Luiz Henrique ao construir a aliança, conseguiu atrair para a base governista a bancada do então PFL, ele pavimentou uma aliança como então senador Jorge Bornhausen e a coligação com os antigos adversários históricos. Como resultado, Luiz Henrique acabou reeleito em nova disputa contra Amin, desta vez apoiado pelos seus antigos rivais. Mediando conflitos pontuais, sua especialidade, ele conseguiu manter a chamada tríplice aliança - PMDB, PSDB e PFL/DEM - até a primeira eleição de Raimundo Colombo ao governo, ainda pelo DEM. Quatro anos depois, lutou e garantiu a manutenção da coligação, já sem os tucanos e com Colombo abrigado ao PSD. A rigor, a chamada tríplice aliança aconteceu duas vezes em Santa Catarina. Em 2006 quando PMDB, PSDB e PFL apoiaram a reeleição de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e quatro anos depois quando os mesmos partidos - pefelistas rebatizados como DEM - fecharam com Raimundo Colombo (DEM).
25 de março de 2010 31 de dezembro de 2010.	Leonel Pavan <u>PMDB</u> (1982-1986) PDT (1986-2002) PSDB (2002-presente)	PMDB/PSDB/PFL(DEM) (Centro-direita).	Em 25 de março de 2010, com a renúncia do titular Luiz Henrique da Silveira para disputar uma vaga no Senado federal, Leonel Pavan na qualidade de vice-governador assumiu o Governo do Estado de Santa Catarina, cujo mandato encerrou-se em 31 de dezembro de 2010. Foi sucedido pelo ex-senador Raimundo Colombo, eleito pela sua base aliada. .
2011/2014* 2015/2018*	Raimundo Colombo PDS (1980-1985) PFL (1985-2007) DEM (2007-2011) PSD (2011-presente)	PMDB/PSDB/PFL (DEM) * Tríplice aliança. Coligação As Pessoas em Primeiro Lugar (DEM, PMDB, PSDB, PPS, PTB, PSC, PSL, PTC, PRP). (Centro-direita). PMDB/DEM/PSD) (Centro-direita)**. Coligação Santa Catarina em Primeiro Lugar (PSD, PMDB, PR, DEM, PDT, PTB, PRB, PROS, PCdoB, PSC, PV, PSDC)	Raimundo foi deputado estadual de 1987 a 1988. Em seguida, governou o município de Lages entre 1988 a 1992, cargo que viria a ocupar novamente de 2001 a 2006. Eleito deputado federal em 1998, exerceu o mandato até 2000, quando assumiu a prefeitura de Lages. Em 2003 foi eleito presidente do PFL catarinense, mandato que cumpriu até 2007. Ocupou o mesmo cargo entre 1993 e 1995. Também foi secretário-geral do PFL no estado. Ocupou os cargos de diretor administrativo da Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), diretor presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan). Ainda exerceu o cargo de secretário de estado para o Desenvolvimento da Região Serrana, no governo Jorge Bornhausen. Em 2006 foi eleito para o Senado. Licenciou-se do mandato de senador em 2010 para disputar o Governo do Estado de Santa Catarina, sendo eleito governador com votação recorde em 2010 e reeleito 2014, as duas vezes em primeiro turno. Colombo licenciou-se do cargo em 2018, renunciando definitivamente em abril daquele ano para candidatar-se nas eleições de outubro. Em fevereiro de 2019, assumiu a Coordenação de Estudos Políticos da Fundação Espaço Democrático do PSD.
2019/2022	Carlos Moisés	PSL Sem coligação.***	Com mais de 29 anos no Corpo de Bombeiros, filiou-se ao PSL em 2018,

		<p>iniciando como tesoureiro do partido e, logo depois, lançando-se como candidato ao governo de Santa Catarina, junto com a então candidata à vice-governadora Daniela Reinehr, advogada, também pelo PSL. Carlos Moisés da Silva, mais conhecido como Carlos Moisés, é advogado, bombeiro militar e político, filiado ao Republicanos. O atual governador de Santa Catarina. Foi afastado do cargo entre os dias 24 de outubro de 2020 e 27 de novembro de 2020, por conta de um processo de impeachment, do qual acabou inocentado. Foi novamente afastado da Chefia do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina em 26 de março de 2021, por decisão do Tribunal Especial de Julgamento, que aceitou a abertura de um segundo processo de impeachment, do qual também foi inocentado, por um único voto, reassumindo o controle do governo catarinense no dia 7 de maio de 2021, por conta do ficou conhecido no escândalo dos respiradores durante a pandemia da Covid – 19 em 2020.</p>
--	--	---

Obs.: Organizado pelo autor.

*Amin foi derrotado por LHS em 2002. Ele era do PPB da coligação Santa Catarina Melhor (PPB, PFL, PSL, PST, PRTB, PTdoB). José Fritsch da Frente Popular (PT, PL, PCdoB, PMN) obteve o terceiro lugar com 834.385 (27,33% dos votos).

**LHS derrotou novamente Amin, da coligação Salve Santa Catarina (PP, PV, PMN, PRONA). Fritsch ficou novamente em terceiro lugar, mas com votação menos expressiva (coligação A Força do Povo (PT, PL, PRB, PCdoB), obtendo apenas 14,30% dos votos (468.302).

Em 2010, Colombo derrotou Angela Amin PP, que tinha Manoel Dias (PDT) como vice (coligação Aliança com Santa Catarina (PP, PDT, PTdoB); nessa eleição Ideli Salvatti (PT) concorreu ao governo e teve como Fritsch em 2002 votação expressiva (754.223; 21.90% dos votos), ficando na terceira colocação.

Em 2014, Colombo derrotou Paulo Bauer (PSDB) da coligação Muda Brasil, Muda Santa Catarina (PSDB, PP, PSB, PPS, SD, PEN, PHS, PRTB, PSL, PTC, PTN, PTdoB).

***Gelson Merisio da coligação Aqui é Trabalho (PSD, DEM, PP, PSB, PDT, PRB, PCdoB, PODE, PSC, SD, PROS, PV, PHS, PRP, PPL) liderou a disputa no primeiro turno contra Carlos Moisés da Silva (1.121.869; 31,12% dos votos), contra 1.071.406 (29,72%) de votos. O candidato Mauro Mariani (MDB) ficou em terceiro da coligação Santa Catarina quer Mais (MDB, PSDB, PR, PTB, PPS, AVANTE, DC, PRTB, PTC). O PT obteve 12, 78% dos votos (460.889) com Décio Lima. Moisés derrotou Merisio com a soma de 71,09 % dos votos (2.644.179%) contra 28,91% ou 1.075.242 votos.

Nesta mesma eleição, Jorginho Mello é eleito junto com Amin para o Senado (Amin – PP), pela coligação Aqui é Trabalho (PSD, DEM, PP, PSB, PDT, PRB, PCdoB, PODE, PSC, SD, PROS, PV, PHS, PRP, PPL) e Mello pela coligação Santa Catarina quer Mais (MDB, PSDB, PR, PTB, PPS, AVANTE, DC, PRTB, PTC). O desconhecido Lucas Esmeraldino (PSL) quase chegou lá.

6. A extrema-direita chega ao poder em SC

Em 2018, sem nunca ter concorrido a nenhum cargo político antes, Carlos Moisés da Silva foi eleito com 71% dos votos dos catarinenses para governar o estado, tendo como principal aliado o candidato à presidência Jair Bolsonaro (na época também do PSL. Tesoureiro do partido em SC, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina deixou o PSL e se filiou ao Republicanos do vice-presidente da República, Hamilton Mourão.³⁸

³⁸Cf. Portal NSC Total, Diário Catarinense, "Eleições 2018: As propostas do Comandante Moisés para Santa Catarina", 15/10/2018

Eleito na onda que levou Jair Bolsonaro ao Planalto em 2018, tem como vice-governadora Daniela Reinehr (PSL, agora filiada ao PL, partido atual de Bolsonaro). Advogada, produtora rural e ex-policia militar, Daniela foi eleita na dobradinha com Moisés pelo PSL, estreante na militância política nas manifestações contra a presidente Dilma Rousseff.

Identificada com o “bolsonarismo raiz” à moda da mídia, coube a vice-governadora liderar juntamente com Moisés o movimento “Direita SC”³⁹, que reúne a extrema direita que elegeu o atual governador catarinense. Apoiadora ferrenha de Jair Bolsonaro (agora no PL), Daniela Reinehr diz que o presidente é a “personificação das nossas esperanças de mudar nosso país para melhor e, junto com seu nome, defendemos e elegemos a sua proposta”. Diz ela: “Foi pelo presidente Bolsonaro que eu vim para a política. Eu entendia que ou a gente mudava a conjuntura do nosso país ou gente ia embora do Brasil, já tínhamos decidido”.

O bolsonarismo em SC

Daniela dá uma definição do bolsonarismo: “O bolsonarismo mais do que tudo é uma forma de pensar, uma essência que está muito viva aqui em Santa Catarina...Confio muito nesse alinhamento”. (Cf. “Bolsonaro é a personificação da esperança”, diz Daniela Reinehr”, primeira mulher a governar SC, Upiara Boschi, 07/01/2020). E completa Daniela: “Vejo muito pujante essa determinação do povo catarinense e do povo brasileiro nesse bolsonarismo, nessa esperança de mudar”.

Além da vice-governadora, a extrema-direita de SC é composta pela bancada do PSL na Alesc. O grupo é formado pelos deputados Sargento Lima (agora no PL), Ana Campagnolo, Coronel Mocellin (único que não votou a favor do impeachment), Felipe Estevão, Jessé Lopes e Ricardo Alba, ambos pivôs do impeachment de Moisés no legislativo.

Todos identificados com Bolsonaro. O sargento Lima integra o Movimento Direita SC, ligado ao vereador florianopolitano, Pedro Neves Bueno Cordoba (Patriotas), um dos idealizadores do movimento de extrema direita catarinense, responsáveis pela organização dos atos em favor de Bolsonaro em Santa Catarina.

O grupo tem o apoio do Instituto Brasileiro Conservador (IBCON), ligado ao Planalto. (Um dos seus integrantes é o economista Daniel Medjdalani Follain, então

³⁹Cf. Aguiar, Itamar. Projeto de Pesquisa.

assessor na Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competividade do Ministério da Economia. Além de Daniel, participa da iniciativa o assessor da Câmara dos Deputados Jefferson Vianna, ligado ao deputado federal Carlos Jordy (PSL/RJ) e ex-coordenador do Estudantes pela Liberdade (atual Students for Liberty Brasil). (Cf. www.blogdoprisco, “Candidatos de direita à prefeitura em SC, contam com consultoria gratuita de grupo conservador”, Cláudio Prisco Paraíso, de 03/06/2020).

Quadro III - Nova direita, bolsonarismo e fascismo: centrais de inteligência do bolsonarismo brasileiro:

Autor/Título*	Resumo do artigo/Teses principais	Questões chaves: objetivo e interesses	O que pretendem/ Quem são/ Financiadores
Lidiane Elizabeth Friederichs, doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1. Título: Instituto Liberal e Institutos de Estudos Empresariais: mentores da nova direita neoliberal brasileira.	O capítulo intitulado: Instituto Liberal (1983) e Institutos de Estudos Empresariais : (1984) agentes da Nova Direita, objetiva analisar o papel dos institutos privados de pesquisa, conhecidos como think tanks *. Para a autora, tais institutos estão imbuídos de divulgar o ideário neoliberal e construir consensos em torno das políticas pró livre mercado. - Compostos por empresários e membros da elite econômica e intelectual de direita, tais institutos procuram investigar os problemas econômicos e políticos do Brasil sempre com o objetivo de mostrar o neoliberalismo como solução ideal ao país. - A autora mostra ainda que atuação desses institutos na divulgação midiáticas dessas ideias foi determinante na pauta dos debates políticos no Brasil, influenciando não só o debate em torno dessas questões, mas principalmente, influenciado com rumos da democracia brasileira. Noção de Think tank : Os <i>think tanks</i> podem ser definidos como institutos de pesquisa privados, organizados pela sociedade civil, sem fins de lucro, que produzem informação e conhecimento com o objetivo central de influenciar o processo de formulação das políticas públicas (ACUÑA, 2009, p. 4).*	Objetivo : Ambos institutos foram idealizados e conduzidos por empresários, com o intuito de divulgar o neoliberalismo entre seus pares e para a sociedade. (p.215). - Junto a meios midiáticos e universitários foram responsáveis pela tentativa de elaborar um consenso a favor de políticas de livre mercado, afirmando que essas seriam as únicas capazes de livrar o Brasil e a América Latina do atraso e do subdesenvolvimento. - Pregavam a necessidade da redefinição das atribuições do Estado e delegavam os problemas que o país enfrentava ao intervencionismo na vida econômica. (p.215). - Apesar das diferenças, alguns conceitos básicos nunca são questionados, como a construção de uma sociedade de mercado, não somente de uma economia de mercado. - “Para todos los neo-liberales, los problemas de la sociedad, las dinámicas públicas y las tensiones y conflictos societales deben ser sancionados y considerados unívocamente bajo una óptica <i>individualista en el mercado</i> ” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p.27). (p.216).	- O Instituto de Estudos Empresariais : Anualmente o instituto organiza o Fórum da Liberdade , um evento de debates políticos e econômicos, realizado desde 1988 em Porto Alegre, tendo entre seus convidados e palestrantes, político, empresários, economistas e empresários defensores e propagandadores das políticas liberais e/ou neoliberais. O Fórum é apresentado, em seu site, como o maior espaço de debate político da América Latina. (p. 218). - O Instituto Liberal se auto definia como um centro “produtor de ideias e construtor de influências”, seu objetivo era promover a pesquisa, a produção e a divulgação de diversos materiais formativos que proporcionassem a reflexão sobre o livre mercado e influenciassem a adoção dessas políticas. (p. 217). - Pode-se afirmar que as atividades realizadas por esses dois institutos tinham caráter complementar, pois enquanto um se focava na formação pedagógica de empresários (Instituto Liberal), o outro produzia e divulgava um amplo espectro conceitual para servir de base teórica tanto a esse grupo, quanto para dar suporte a formadores de opinião e convencer um público em geral (Instituto Empresarial). - Como financiadores dos Institutos Liberais constam diversas empresas nacionais e internacionais, entre elas: Ipiranga, Mesbla, Bradesco, Banco Itaú, Varig, Votorantim, Unibanco, Alcoa Alumínio, Banco de Boston, Carrefour, Citibank, Dow Química, Nestlé, Quaker, Rhodia e Sharp (GROS, 2002, p.147). - Como mantenedores do Institutos Empresariais constam as empresas: Gerdau, Ipiranga, Agiplan, Brasil Insurance, Belmondo, CMPC Celulose Riograndense, Dana, Pottencial Seguradora, PWC e Stemac (IEE, 2015).

*Obs.: Elaborado pelo autor, com base pesquisa em andamento, a partir da obra: Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo [livro eletrônico]/ Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos; João Elter Borges Miranda (Orgs.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.9) 463 p.; e-book PDF Interativo.

Considerações finais

Como contribuição, entendemos que seria importante montarmos centros de pesquisas e memória histórica para registro das experiências populares. Sentimos falta de material de arquivo sobre isso, que estão restritos a algumas fontes esparsas, como o FGV CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Memória Política de Santa Catarina/Alesc (<https://memoriapolitica.ale-sc.gov.br/>), Dicionário Político Catarinense (Walter PIAZZA, 1985), Dicionário de políticas públicas (EdUEMG, 2012. 242f.) e outras fontes esparsas.

Precisamos somar esforços para integrar os cursos de graduação e pós-graduação nos campos da Ciências Humanas em geral para construir um acervo de nossa memória. Pois sem ela fica difícil não só avaliarmos e monitorarmos as ações das políticas sociais hegemônicas em nosso estado, mas, sobretudo, resgatarmos a nossa própria história.

O objetivo é ter um “Diagnóstico de Política”, a fim de produzirmos análises sobre as nossas experiências inovadoras no campo progressista, não só para informar o público, mas elaborarmos indicadores de políticas públicas no campo social. Hoje, infelizmente, as experiências no campo da organização de dados e material histórico de nossas experiências históricas ou se perderam, ou simplesmente não existem.

Uma rápida pesquisa na Internet bem como o contato com lideranças partidárias de esquerda, demonstrou a nossa precariedade. Essa lacuna precisa ser sanada. Pois sem memória, produção de análises e material de divulgação fica muito difícil promover a luta política. O que conforta é saber que temos acúmulo de experiência, temos publicação e vontade.

Bibliografia:

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. SP: Companhia das Letras, 2018.

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral: Jason e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 189 p.

_____. **O assalto aos cofres públicos e a luta pela comunicação democrática no Brasil** / Itamar Aguiar. – Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014. 422 p.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense: da guerra aos 'Fanáticos' do Contestado a 'Opção pelos Pequenos'**. 1991. 416 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PUC-SP0027-T.pdf>

BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Golpe de 2016: e a rapinagem do Brasil**. Florianópolis: Isadora Bernardo Cardoso, 2021.

CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. **Os partidos na política catarinense – eleições, processo legislativo, políticas públicas (Org.)**. Florianópolis: Insular, 2016.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Open. Publica vol.12, no.1, Campinas, Par./May, 2006.

COMENTÁRIOS de uma sentença anunciada: **O processo Lula**/ Carol PROER et.al (org.). -- Bauru: Canal 6, 2017. 542p.

DICIONÁRIO de políticas públicas / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Ama bile. Barbacena: Delem, 2012. 242f.

DREIFUSS, René Armand, **O jogo da direita na Nova República**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 294p

FERREIRA, Denise Paiva; RIBEIRO, Pedro Floriano. **O voto e a máquina**: as trajetórias de implementação local do PT E (P) MDB em perspectiva comparada. In.: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Djalma. Ijuí: Ed. Uniu, 2009. 272p.

FONTANA, Remy José. **Grando, prefeito**. Contexto, desafios, realizações e legado. In.: **Grando, Presente!** DF: Fundação Astrogildo Pereira; 1ª edição, 2020. 224p).

FONTANA, Rem., Introdução: Uma novidade política”. In.: **GRANDO, Sérgio**. Florianópolis de todos. Florianópolis: Insular, 2000. 246 p.

GRANDO, Presente! DF: Fundação Astrogildo Pereira; 1ª edição, 2020. 224p.

GRANDO, Sérgio. Florianópolis de todos. Florianópolis: Insular, 2000. 246 p.

JINKINGS, Ivana [et.all]. **Por que gritamos golpe**: para entender o impeachment e a crise. SP: Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. RJ: Graal, 1997.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **A esquerda presta contas**: comunicação e democracia nas cidades. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajai: Ed. da UNIVALI, 2002. 197 p.

MIRANDA, Elflay. *Descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em 9 Santa Catarina*: uma análise sistêmica do período 2003-2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, 2012, p. 35.). (p.340-341).

MOREIRA LEITE, Paulo. **A outra história do mensalão**: As contradições de um julgamento político. Geração Editorial, SP, 2013. 352p.

_____. **A outra história da Lava-Jato**. SP: Geração Editorial, 2015.

PIAZZA, Walter F. (org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. 634 p.

Rodrigues, Gilmar. Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina [tese]: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos/Gilmar Rodrigues; orientador, Erni José Seibel. - Florianópolis, SC, 2010. 265 p.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. RJ: LeYa, 2016.